



DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

LICITAÇÃO: 083/010 – PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO: 1274/2010

OBJETO: Contratação de empresa especializada em planejar, coordenar, organizar, montar e executar eventos de interesse institucional do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, com fornecimento de toda infraestrutura necessária, conforme detalhamento constante do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação.

IMPUGNANTE: HENRIQUE EMÍLIO GONTIJO D. AMBRÓSIO

Senhor Pregoeiro

O presente expediente presta-se à análise da Impugnação apresentada pelo cidadão Henrique Emílio Gontijo D. Ambrósio ao Edital de Licitação nº. 083/2010 – Pregão Presencial.

1. DA TEMPESTIVIDADE

Protocolizada a peça impugnativa em 30.08.2010, às 14h20min, resta evidente sua tempestividade.

2. DOS OBJETOS DA IMPUGNAÇÃO

2.1. DA ALEGAÇÃO DE UTILIZAÇÃO INDEVIDA DA FORMA PRESENCIAL DA MODALIDADE PREGÃO

Alega o Impugnante que não consta do Edital e seus Anexos qualquer justificativa para a adoção da forma Presencial da modalidade licitatória Pregão, o que feriria os princípios norteadores do certame.

Tal alegação, contudo, foge da realidade, haja vista o fato de estar acostada à fl. 134 do Processo de Licitação em referência a seguinte explicação da Coordenação de Processamento de Compras e da Gerência de Compra de Bens e Serviços, com ratificação da Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio deste Tribunal:

Justificativa para utilização do Pregão Presencial:

- Análise mais detida das propostas: considerando que o critério de julgamento da licitação será o menor preço global e que o licitante declarado vencedor deverá apresentar proposta readequada com aplicação de desconto percentual linear sobre os preços de todos os itens cotados na proposta inicial, é de suma importância que o pregoeiro possa verificar a compatibilidade dos preços de cada item da proposta inicial, com os valores estimados constantes do edital, com intuito de se evitar a composição de preços entre os itens, em desfavor da Administração, conhecido como “jogo de planilhas”.



Fica evidente, destarte, estar expressamente justificada a adoção da forma Presencial da modalidade Pregão para o procedimento Licitatório nº. 083/2010.

Quanto às demais ponderações do Impugnante, no sentido de que o Pregão, em sua forma Presencial, restringiria o universo de participantes do certame, é de se considerar que tal sistemática encontra-se expressamente respaldada pela legislação pátria, quando a sua adoção configura-se a melhor alternativa para a Administração Contratante, diante do objeto a ser licitado.

E, acrescente-se que a só existência da possibilidade de sua utilização, tendo em vista a maior segurança por ela promovida, revela que o legislador pátrio sobrepôs esse princípio – o da segurança jurídica – a outros norteadores da Licitação Pública.

Veja-se, por conseguinte, que é equivocada a utilização do termo “*restrição*” para a situação em estudo, posto que, mesmo na forma Presencial, o certame poderá contar, certamente, com a presença de quantos forem os interessados (que cumprirem os requisitos) na respectiva participação. Não há, efetivamente, portanto, qualquer restrição neste sentido.

Apostile-se, ainda, o fato de que este Tribunal mantém inúmeros contratos com empresas sediadas em outros Estados que não somente Minas Gerais, os quais se originaram de Pregões Presenciais, comprovando, assim, a inexistência da “*restrição*” alegada pelo Impugnante.

Ademais, a forma Presencial do Pregão, repita-se, é instituto legalmente instituído, agregando como requisito para a sua aplicação, em contraponto ao Pregão Eletrônico, apenas a fundamentação pertinente. Em sendo assim, em que pese ter sido a forma Eletrônica eleita como regra, se a Administração Pública julgar mais adequado aos seus interesses que seja processada a licitação por meio do Pregão Presencial, estará na obrigação de assim proceder, com a respectiva justificativa, como forma inarredável de assegurar o interesse público envolvido no certame.

E não se olvide do fato de que, além de possibilitar a ampla concorrência, é dever da Administração Pública, ao adquirir seus bens e serviços, salvaguardar-se de todas as formas para que se contrate a menor/melhor proposta. Se a forma Presencial do Pregão é indispensável para tanto, como, *in casu*, restou justificado no Processo em exame, sua utilização, mais que uma faculdade, afigura-se como dever para o administrador, em atendimento a todos os princípios norteadores da licitação.

Espanta, por conseguinte, que o Impugnante suscite a considerável possibilidade de “*fraude, conluio e conchavos*” entre os licitantes presentes na Sessão Pública. Em primeiro lugar porque não se tem notícia de qualquer acontecimento semelhante em toda a história de contratações deste Tribunal. Em segundo lugar, a lisura e regularidade do certame são presumidas e, havendo indícios contrários, cabe a quem alega a prova dos fatos, o que não consta do documento analisado, razão pela qual desconsideramos tal argumento.



Reflita-se, ainda, que não se pode olvidar de que também a forma Presencial possibilita transparência e publicidade a todos os atos do certame, inclusive quanto ao acesso e controle por qualquer cidadão ou interessado, requisitos dos quais, ressalte-se, não pode lançar mão toda e qualquer Administração Pública ao licitar, o que, de fato e de direito, não ocorreu no presente processado licitatório.

Desveste-se de razoabilidade, por conseguinte, a alegação de que as suspensões e impedimentos de licitar com a Administração Pública Estadual e as declarações de inidoneidade impostas a algumas empresas contratadas por este Tribunal são resultados da utilização do Pregão na forma Presencial. A uma porque os motivos que geraram a aplicação dessas sanções não guardam qualquer relação com as fases interna e externa da licitação, mas restringem-se à execução contratual. A duas porque os percalços enfrentados com tais empresas poderiam acometer qualquer outra, sediada em Minas Gerais ou não.

Quanto à dificuldade/facilidade de verificação do cumprimento dos requisitos para participação e habilitação pelos potenciais licitantes, reputados pelo Impugnante como não autorizadores da escolha do Pregão Presencial, colaciona-se o seguinte entendimento da Consultoria Zênite, especializada em licitações e contratos administrativos:

Além disso, é importante destacar que a análise da conveniência ou inconveniência a respeito da utilização do pregão eletrônico é intrinsecamente discricionária, dependendo, pois, da avaliação subjetiva da autoridade competente. De qualquer maneira, se a autoridade competente reputa que o pregão eletrônico não é a medida mais conveniente, a Administração deve motivar a referida decisão, externando as razões de tal juízo.

A inconveniência do art. 4º e seu § 1º, do Decreto nº 5.450/2005. **Os agentes administrativos vivem a realidade da Administração, portanto, são as pessoas aptas a identificar o que é mais vantajoso para a Administração Pública. Com efeito, não se pode generalizar situação que na prática constitui-se de inúmeras especificidades.**

Assim, entre as justificativas possíveis para se eleger o pregão presencial em detrimento do pregão eletrônico, exemplifica-se: (...) **é necessário fazer uma análise mais detida das propostas dos licitantes, especificamente no que tange ao objeto**, sendo conveniente, inclusive, exigir amostras; é necessário proceder à análise mais detida da capacitação técnica dos licitantes; **é interessante uma intervenção mais ativa do pregoeiro, por efeito do qual o contato dele com os licitantes direto e presencial seria mais proveitoso** (...)¹.

(grifou-se)

A lição é esclarecedora e se enquadra *in totum* à situação em análise.

Por todo o exposto, uma vez comprovada a expressa justificativa para a adoção da forma Presencial da modalidade Pregão para a Licitação em evidência, e refutados os argumentos do Impugnante para a adoção da modalidade Eletrônica, opina-se pela regularidade da Licitação nº 083/2010 no que a isto pertine.

¹ Pregão Em Destaque - 605/149/Jul/2006



3. DA VIOLAÇÃO DOS PRECEITOS LEGAIS CONTIDOS NOS PARÁGRAFOS § 2º E 4º DO ART. 7º DA LEI Nº. 8.666/93, COM APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO § 6º DO MESMO DISPOSITIVO LEGAL, QUE DEIXA CLARO, AO PREVER A NULIDADE DOS ATOS E CONTRATOS PRATICADOS COM PRETERIÇÃO DAS NORMAS DO ART. 7º, QUE SÃO DE ORDEM PÚBLICA, COGENTES, INAFASTÁVEIS, SEJA PELA ADMINISTRAÇÃO OU PELOS LICITANTES.

Insurge o Impugnante no sentido de que:

1. Na Licitação em referência, as propostas de preços dos Licitantes, para fins de Licitação, não englobam o preço global mensal ou anual da contratação, nem os quantitativos unitários do objeto a ser executado.

2. Não existe menção das fontes de pesquisa de preços de mercado utilizado pelo Tribunal.

3. Não foram considerados os acréscimos dos respectivos encargos incidentes, bem como a carga tributária correspondente a cada tipo de enquadramento das empresas, além da taxa de administração.

4. O Item 10, constante da previsão de custos/participantes da ASCOM não se trata de evento institucional.

Ab initio, faz-se mister registrarmos o seguinte:

A democracia vigente no país permite ao cidadão questionar a necessidade ou não de determinadas despesas públicas, entre elas a que se propõe realizar esta Administração, através de seu Edital de Licitação nº 83/2010, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em planejar, coordenar, organizar, montar e executar eventos de interesse institucional do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, com fornecimento de toda infra-estrutura necessária.

Contudo, para promover suas indagações, deveria o cidadão acercar-se de cuidados, buscando entender as razões e justificativas encontradas pelo órgão licitante para exteriorizar ao público, da forma prevista pela legislação, o que facilmente encontraria no Processo Administrativo correspondente, ao qual não teve acesso o Impugnante, porque não o requereu.

Feitas essas breves considerações, registre-se que o art. 40 da Lei federal nº 8.666/1993 e, da mesma forma, o art. 7º do Decreto estadual nº 44.786/2008 estabelecem as informações necessárias que devem conter os editais de licitação, não figurando entre estas as “fontes de pesquisa”, que, ressalte-se, estão disponibilizadas nos autos do Processo em referência.

No que pertine a este item, entendemos, *s.m.j.*, que não assiste razão à impugnante quando afirma que foram violadas as regras constantes do art. 7º da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.



O objeto da licitação é a contratação de empresa especializada em planejar, coordenar, organizar, montar e executar eventos de interesse institucional do Tribunal de Justiça, com fornecimento de toda a infra-estrutura necessária.

O presente procedimento licitatório se justifica não só pela crescente demanda da realização de eventos institucionais desta Casa, como, também, se fundamenta na previsão legal facultativa do art. 5º da Portaria-Conjunta nº. 159, de 01 de outubro de 2009, que estabelece regras para a realização de eventos institucionais pelo Tribunal de Justiça.

Referido dispositivo permite a contratação de empresa especializada na prestação de serviços objeto desta licitação para apoio às referidas atividades, com fulcro nos requisitos da utilidade, adequação, oportunidade, legitimidade e legalidade, vinculadas à existência de disponibilidade orçamentária, requisitos estes que justificaram a elaboração da citada norma interna do Tribunal de Justiça.

Portanto, pela própria natureza do objeto a ser contratado, cabe à Contratada, empresa do ramo desta atividade, e não ao Tribunal de Justiça, dimensionar todos os quantitativos de itens necessários à elaboração de cada evento.

Esta atribuição, no entanto, não isenta o Tribunal de planejar em conjunto com a Contratada as ações de cada evento, de acordo com o prescrito no item 9.6 do Termo de Referência – Anexo I, descrito a seguir *in verbis*: “9.6. Tribunal e a Contratada deverão realizar, sempre que necessário, reuniões de trabalho para tratarem de detalhes relativos à realização dos eventos.”

Saliente-se, por oportuno, que é da própria natureza da contratação, de acordo com as regras do item 9.3 do edital, que a Contratada apresente sugestões ao Tribunal com opções de estruturas e serviços do evento a serem fornecidos conforme a solicitação do Contratante.

Em outras palavras, cabe ao Contratado, por ocasião de cada solicitação de evento institucional, definir em conjunto com o Tribunal o quantitativo de bens e serviços necessários à perfeita execução do objeto contratado.

Destarte, concluímos que a impugnante não se atentou para o objeto que será licitado, o qual, frisamos, trata-se da contratação de empresa especializada em planejar, coordenar, organizar, montar e executar eventos de interesse institucional do Tribunal de Justiça.

Ressalte-se, ainda, que não houve nenhum questionamento até o presente momento de empresas do ramo acerca da ausência de quantitativos unitários do objeto a ser contratado, muito menos, da impugnante sobre as regras do item 9.3 do edital acima salientado.



Neste contexto, a contratação almejada por esta Casa requer, por óbvio, a contratação de empresas do ramo de atividade e que detenham, por conseguinte, o conhecimento técnico para a organização de eventos.

Lado outro, no Anexo I do instrumento convocatório (Previsão de Custos das Atividades Planejadas para 2011) vislumbramos a previsão dos eventos que serão realizados pelo Tribunal, com os respectivos números estimados de participantes e com as despesas estimadas para cada atividade, permitindo, assim, aos especialistas do ramo prever com antecedência a dimensão de cada evento solicitado.

Pela análise de mencionado Anexo, denotamos, assim, que a previsão é de realização de eventos específicos e totalmente distintos, donde se depreende não haver qualquer tipo de ganho de escala pela totalidade da contratação.

Trata-se, portanto, da execução de serviço diferida no tempo e em locais distintos, que impedem eventuais ganhos de economia de escala.

Com relação ao item 4 do instrumento convocatório – Do Valor do Contrato – e ao Anexo IV – Modelo de Proposta Comercial – mencionado pela impugnante, verificamos que as informações destes itens se referem a dois valores monetários diversos, quais sejam, o primeiro (R\$ 1.913.700,00 – um milhão, novecentos e treze mil e setecentos reais) versa sobre o valor do contrato, que foi disponibilizado orçamentariamente pelo Tribunal, não significando que referido quantum será efetivamente gasto nesta contratação.

O segundo valor informado no Anexo IV do edital correspondente a R\$ 28.960,24 (vinte e oito mil, novecentos e sessenta reais e vinte e quatro centavos) e não é limite para execução dos serviços, mas retratam os preços unitários médios estimados fundamentados em pesquisas de mercado constantes no processo administrativo.

O primeiro valor pode ser efetivamente gasto ou não, não devendo ser confundido com o segundo valor informado no Edital.

Como já salientado na resposta do item 2 desta Peça, o segundo valor informado no Anexo IV do instrumento convocatório servirá de base para se evitar o “jogo de planilhas”, tendo em vista se tratar de pregão presencial, cuja análise mais minuciosa das propostas comerciais pelo i. Pregoeiro e sua equipe técnica permitirá a verificação se os preços ofertados pelos licitantes estão em perfeita consonância com os praticados no mercado.

Noutro giro, a sistemática de pagamento da prestação de serviços objeto desta licitação não prevê pagamento mensal, mas por evento institucional solicitado, de acordo com o prescrito no item 15 do instrumento convocatório.

Referida regra prevê o pagamento pelos serviços prestados após o término de cada evento, sendo que a Contratada apresentará a planilha detalhada do mesmo, donde o preço a ser faturado corresponderá à multiplicação dos bens



e serviços disponibilizados para a atividade desenvolvida pelo Contratado versus o valor oferecido por este, conforme modelo do Anexo IV do edital – Modelo de Proposta Comercial.

Com relação à proposta comercial, o item 5.4 do edital contém a seguinte redação:

“Consideram-se incluídas na proposta todas as despesas necessárias à execução do objeto, como tributos, encargos sociais e trabalhistas, seguros e outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação do serviço da presente licitação, os quais ficarão a cargo exclusivamente do licitante vencedor.” (grifo nosso)

Veja-se, portanto, que todas as despesas para a perfeita execução do contrato deverão estar inseridas no valor proposto pelo licitante. Trata-se de enumeração exemplificativa das despesas.

Neste contexto, e tendo o Tribunal a cautela de não olvidar nenhuma despesa que possa incidir na prestação dos serviços, acrescentou na cláusula editalícia a expressão “outros ônus”, para significar quaisquer outras despesas que o Contratado tenha que arcar na execução da presente contratação.

No que pertine ao lucro da Contratada, à taxa da administração, à carga tributária dentre outras questões suscitadas pela impugnante se referem à administração e/ou gestão da empresa. Não compete a esta Administração tutelar os interesses da Contratada, tão pouco ingerir em sua administração.

Com relação ao item 10 do Anexo I (Previsão de Custos/Participantes da ASCOM – Assessoria de Comunicação Institucional), que prevê a realização da atividade Campanha “Papai Noel dos Correios”, a qual a impugnante declara não ser evento institucional desta Casa, entendemos, *s.m.j.*, que não compete a qualquer cidadão questionar o mérito das contratações feitas pelo Tribunal, quando as mesmas são perfeitamente válidas e embasadas na legislação pertinente.

Na portaria-conjunta n°. 159/2009 da Presidência desta Casa já mencionada nesta peça impugnativa, há definição dos eventos institucionais e, por consequência, podem ser realizados com recursos públicos.

Citada norma está em perfeita consonância com a legislação pertinente ao assunto, qual seja, a Lei n°. 9.122, de 30 de dezembro de 1985, que proíbe despesas com festividades e homenagens a autoridades nos órgãos públicos estaduais.

Por derradeiro, no que pertine à alegação de inclusão de atividades inerentes aos servidores de carreira deste Tribunal, não há como prosperar, haja vista que os recursos humanos alocados na respectiva prestação de serviço não compõem o quadro permanente de cargos desta Casa, nos termos da Resolução n°. 367/2001 e alterações posteriores.



Destarte, pelas justificativas acima consignadas, entendemos que, mais uma vez, não há como prosperar a presente alegação, motivo pelo qual opinamos pela manutenção editalícia, nos termos prescritos pelo instrumento convocatório em referência.

Marcelo Seriema

Assessor Técnico I

Luciana Reis Leonardo

Assessora Jurídica I

Daniela Ataíde Giovannini Alves

Assessora Jurídica - ASCONT

De acordo:

Michel G. Salomão

Diretoria-Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio